



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CARGO

TÉCNICO ESPECIALISTA EM LICITAÇÃO

DATA: 21/06/2015

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
 - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 11 a 20
 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que se segue e responda às questões de 01 a 10.

O ato e a pressa

01 O incidente do ministro Nelson Barbosa com o salário mínimo é menos simplório do que indicado em
02 sua redução, de aparência unânime, a mais um trompaço temperamental da “gerentona”.

03 O ministro do Planejamento não está estreando em governo. Nem mesmo na área de política e
04 economia. Em seus anos de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, até desentender-se com Guido
05 Mantega, pôde comprovar a profunda relação entre o que se passa na área econômica e as condições em
06 que Presidência caminha, em política, na administração e com os cidadãos.

07 Nelson Barbosa decide dar uma entrevista coletiva no primeiro dia útil do novo governo, espremido
08 entre o feriado da posse presidencial e o fim de semana. Não expõe o motivo de tanta pressa. Não espera,
09 sequer, que o seu parceiro da Fazenda e de ideias seja empossado já no próximo dia útil. Mas Nelson
10 Barbosa fala no plural: “vamos”. Faz as manchetes com o tema dominante e, excluídas as obviedades, quase
11 único de sua oferecida fala: “Vamos propor uma nova regra de reajuste do salário mínimo para 2016 a 2019
12 ao Congresso Nacional nos próximos meses”.

13 A pressa é mais abrangente: Nelson Barbosa anuncia no primeiro dia útil deste ano e do novo governo
14 uma alteração que, se vigorar, só o fará no ano que vem. Por si mesma, essa antecipação não faz sentido. É,
15 talvez, uma medida a ser iniciada proximamente, convindo abordá-la desde logo? Não, nada há estabelecido:
16 a proposta ao Congresso será nos vagos “próximos meses”. Também do ponto de vista administrativo e
17 legislativo, portanto, o anúncio não faz sentido.

18 Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo,
19 anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população. Como ato político
20 é, no mínimo, de espantosa temeridade.

21 Nelson Barbosa dispôs de um elemento a mais para saber o peso, no governo, do tema salário
22 mínimo. Esse elemento foi dado pela própria Dilma, menos de 24 horas antes do chamado aos repórteres
23 para ouvir a comunicação do ministro do Planejamento: até por causa do seu desgaste com as escolhas de
24 Joaquim Levy e Nelson Barbosa, nem na posse Dilma Rousseff deixou de reiterar a imutabilidade da regra
25 vigente do salário mínimo. Nelson Barbosa estava lá, ouvindo-a.

26 Uma hipótese: velho crítico do salário mínimo, ao qual atribui efeitos corrosivos nas contas
27 governamentais, como declarou contra a opinião de Dilma quando se iniciava a campanha eleitoral, Nelson
28 Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar, vitoriosa com ele, uma das
29 suas insistências derrotadas nas discordâncias com Guido Mantega. E a imporia com Mantega ainda como
30 ministro, não mais seu superior, mas um igual posto no papel de derrotado. Hipótese improvável, sim.
31 Desprezível, não.

32 Outra, menos requintada: Nelson Barbosa quis testar o poder e a liberdade de ação de que vai dispor
33 com Joaquim Levy. Um desafio. Recebeu a resposta ou parte dela, ambas insatisfatórias.

34 Pode-se imaginar uma série de outras hipóteses, melhores e piores. Até onde chego, nenhuma capaz
35 de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro. Nelson Barbosa, no entanto, não sendo
36 ingênuo nem de pouca inteligência, por certo agiu com um propósito que, a seu ver e cabe supor que no de
37 Joaquim Levy, tem sentido.

01. Levando-se em conta a leitura global do texto, pode-se afirmar que
- (A) Nelson Barbosa quis ser o primeiro ministro a anunciar medidas do novo mandato de Dilma Rousseff.
 - (B) Nelson Barbosa só quis afrontar o ex-ministro da fazenda Guido Mantega, com o qual mantinha relação pouco amistosa.
 - (C) Nelson anunciou, no sentido contrário ao governo, uma nova regra de reajuste do salário mínimo.
 - (D) Nelson Barbosa se precipitou ao fazer o anúncio de novas regras de reajuste do salário mínimo.
 - (E) Nelson Barbosa está contra o governo de Dilma Rousseff e tem clara intenção de sabotar o governo petista.
02. Das expressões abaixo, a única que não se refere a Nelson Barbosa é:
- (A) O ministro do Planejamento (linha 03).
 - (B) secretário-executivo do Ministério da Fazenda (linha 04).
 - (C) um integrante do governo (linha 18).
 - (D) Esse elemento foi dado pela própria Dilma (linha 22).
 - (E) velho crítico do salário mínimo (linha 26).
03. O trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população” (linhas 18 e 19) tem, dentre as opções abaixo, uma única paráfrase que mantém, adequadamente, a correção gramatical, as relações textuais e de sentido:
- (A) Não faz sentido algum um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, bradar alterações num dos fatores mais sensíveis à relação entre governo e população.
 - (B) Dos fatores mais sensíveis à mudança, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, alterou um: o salário mínimo.
 - (C) No primeiro dia do ano de 2015 e do governo Dilma Rousseff, um integrante do governo, Nelson Barbosa, fez um anúncio, sem muito sentido, de alteração de um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população.
 - (D) Um integrante do governo, sem sentido, no primeiro dia do ano e do mesmo governo, alterou um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e povo.
 - (E) Em 2015, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, anunciou, apressada e inconsequentemente, uma alteração em um dos fatores mais sensíveis da relação entre Estado e povão.
04. Levando-se em conta o trecho “Nelson Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar (...)” (linhas 27 e 28), marque a opção CORRETA sobre a colocação pronominal.
- (A) O pronome ‘se’ só pode vir antes do verbo, porquanto o nome próprio o atrai.
 - (B) O pronome ‘se’ só pode vir depois do verbo, porquanto não há fator de atração.
 - (C) O pronome ‘se’ deveria ter sido usado no meio do verbo.
 - (D) O pronome ‘se’ não deveria ter sido usado.
 - (E) O pronome ‘se’ pode vir antes ou depois do verbo.
05. Levando-se em conta o trecho “nenhuma capaz de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro” (linhas 34 e 35), marque a opção CORRETA sobre o uso do acento grave.
- (A) O acento está mal empregado porque o vocábulo acentuado antecede um nome no masculino singular (novo ministro).
 - (B) O acento é opcional porque o vocábulo ‘atitude’ admite ou não o artigo feminino.
 - (C) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘sentido’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
 - (D) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘dar’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
 - (E) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pela expressão ‘sentido administrativo ou político’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
06. Levando-se em conta o trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração (...)” (linhas 18 e 19), marque a opção CORRETA quanto ao uso das vírgulas.
- (A) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque a expressão adverbial está em sua posição preferencial: no fim da frase.

- (B) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque expressões adverbiais, sejam quais forem, não são virguladas.
- (C) O uso de somente uma vírgula, depois da primeira ocorrência do vocábulo 'governo', manteria o período correto gramatical e semanticamente.
- (D) O uso de somente uma vírgula, depois da segunda ocorrência do vocábulo 'governo', manteria o período correto gramaticalmente.
- (E) As duas vírgulas utilizadas estão bem empregadas porque a expressão adverbial, de longa extensão, está deslocada de sua posição preferencial (fim do período) para o meio dele.
07. Levando-se conta o trecho "E a imporia com Mantega ainda como ministro" (linhas 29 e 30), marque a opção em que há uma preposição que substitua, sem prejuízo gramatical e com a menor variação de significado, a preposição 'com' do referido trecho.
- (A) em.
- (B) por.
- (C) a.
- (D) de.
- (E) pelo.
08. Dado o contexto geral do texto, a proximidade semântica do vocábulo 'temeridade' (linha 20) se dá mais com a ideia de:
- (A) Imprudência.
- (B) Medo.
- (C) Desatino.
- (D) Perigo.
- (E) Despropósito.
09. Das formas acentuadas abaixo, a única que NÃO poderia vir sem acento, no caso de mudança de classe gramatical, é:
- (A) 'unânime' (linha 02).
- (B) 'até' (linha 04).
- (C) 'política' (linha 06).
- (D) 'útil' (linha 09).
- (E) 'lá' (linha 25).
10. Ao utilizar formas verbais como 'expõe' (linha 08), 'espera' (linha 08), 'imporia' (linha 29), 'Recebeu' (linha 33) e 'agiu' (linha 36), o autor
- (A) faz uso da elipse do sujeito a fim de proporcionar a progressão textual, pois evita a repetição de expressões facilmente recuperáveis pelo contexto.
- (B) demonstra não ter um grande acervo lexical que lhe pudesse ajudar no preenchimento dos sujeitos ocultos.
- (C) intenta obscurecer ao leitor informações importantes do texto.
- (D) suprime, intencionalmente, o nome do ministro Nelson Barbosa, no intuito de lhe preservar a identidade.
- (E) tenciona testar a capacidade de análise sintática de seus leitores, no momento em que eles encontram os sujeitos ocultos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Leia as afirmativas a seguir sobre os componentes de um computador:
- I. O Scanner é um dispositivo que "varre" o computador em busca de vírus;
- II. USB (Universal Serial Bus) é um tipo de conexão que permite a conexão de periféricos sem a necessidade de desligar o computador;
- III. SSD é um tipo de dispositivo, sem partes móveis, para armazenamento não volátil de dados digitais que pode substituir o HD (disco rígido).

Assinale a opção que corresponde à(s) afirmativa(s) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.

- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

12. Assinale a opção que NÃO corresponde a um software que compõe uma suíte de escritório (Microsoft Office, Open Office/BrOffice):

- (A) Excel.
- (B) Access.
- (C) Impress.
- (D) PhotoShop.
- (E) Writer.

13. Dada a seguinte planilha no Excel 2010,

	A	B	C
1	8	7	1
2	6	3	1
3	2	2	6
4	4	8	3
5	3	4	1

O resultado da fórmula: =MÉDIA(A1:A4)+MÉDIA(A4:C4)-SOMA(A1:C1)+MÁXIMO(B1:B4) é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 8
- (E) 16

14. Analise as opções abaixo e assinale aquela que corresponde a um endereço eletrônico (e-mail) válido:

- (A) joao@
- (B) @joao.gmail.com
- (C) joao@gmail.com
- (D) www.joao.com.br
- (E) @joao

15. Pedro possui, em seu computador, 3 pastas (*pasta1*, *pasta2* e *pasta3*). Dentro de cada pasta, existe um arquivo. Na *pasta1*, há o *arquivo1*; na *pasta2*, o *arquivo2* e, na *pasta3*, o *arquivo3*. Pedro ainda executou as seguintes operações: o *arquivo1* foi copiado para a *pasta3* e o *arquivo3* foi recortado para a *pasta2*. Ele ainda renomeou o *arquivo2* para *arquivo-morto*. Assinale a opção que corresponde aos conteúdos da *pasta1*, *pasta2* e *pasta3* respectivamente:

- (A) *arquivo1*; *arquivo2* e *arquivo3*; *arquivo1*
- (B) *arquivo1*; *arquivo-morto* e *arquivo3*; *arquivo1*
- (C) *arquivo1*; *arquivo2* e *arquivo3*; vazia
- (D) *arquivo1*; *arquivo-morto* e *arquivo3*; vazia
- (E) vazia; *arquivo-morto* e *arquivo3*; *arquivo1*

16. Dado o seguinte conceito: “Software malicioso que é instalado no computador sem o consentimento explícito do usuário que tem como objetivo alterar clandestinamente o comportamento do computador e que geralmente cópias de si mesmo e tenta se espalhar para outros computadores, utilizando-se de diversos meios”, assinale a opção que corresponde a este conceito.

- (A) firewall
- (B) vírus
- (C) backup
- (D) backdoor
- (E) spam

17. Assinale a opção que se refere ao dispositivo de “memória secundária” que é a parte do computador onde são armazenados os dados e o sistema operacional.
- (A) memória RAM
 - (B) memória ROM
 - (C) disco rígido
 - (D) memória Cache
 - (E) EPROM
18. Sobre o processo do boot de um computador, assinale a opção INCORRETA.
- (A) É o processo que carrega o sistema operacional para a memória do computador.
 - (B) O BIOS é um programa de computador pré-gravado em memória permanente (firmware) executado por um computador quando ligado, responsável pelo suporte básico de acesso ao hardware, bem como por iniciar a carga do sistema operacional.
 - (C) É no processo de boot que o sistema operacional deve carregar drivers de dispositivos (*device drivers*) e outros programas que são necessários para a operação normal de um computador.
 - (D) No processo de boot, somente um sistema operacional pode ser carregado por vez.
 - (E) O sistema operacional carregado no processo de boot tem que estar armazenado obrigatoriamente em um disco rígido.
19. Observe o texto abaixo formatado no Word 2010:

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Maecenas porttitor congue massa. Fusce posuere, magna sed pulvinar ultricies, purus lectus malesuada libero, sit amet commodo magna eros quis urna. Nunc viverra imperdiet enim. Fusce est. Vivamus a tellus. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas.

Proin pharetra nonummy pede. Mauris et orci. Aenean nec lorem. In porttitor. Donec laoreet nonummy augue. Suspendisse dui purus, scelerisque at, vulputate vitae, pretium mattis, nunc. Mauris eget neque at sem venenatis eleifend.

Ut nonummy. Fusce aliquet pede non pede. Suspendisse dapibus lorem pellentesque magna. Integer nulla. Donec blandit feugiat ligula. Donec hendrerit, felis et imperdiet euismod, purus ipsum pretium metus, in lacinia nulla nisl eget sapien. Donec ut est in lectus consequat consequat.

Com relação à formatação de fonte e de parágrafos do texto acima, assinale a opção CORRETA.

- (A) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte normal, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
 - (B) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, justificado; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
 - (C) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte negrito, justificado; 3º parágrafo em itálico alinhado à direita.
 - (D) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte em itálico, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
 - (E) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, alinhado à esquerda; 3º parágrafo em negrito alinhado à direita.
20. Com relação à navegação na Internet através do *browser*, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Ópera, Safari, Chrome e Firefox são nomes de *browsers* (navegadores).
 - (B) Intranet é um tipo de Internet que permite acesso irrestrito.
 - (C) URL é uma sigla que indica o endereço de um site ou algum recurso (arquivo ou dispositivo).
 - (D) O uso do https no início dos endereços dos sites indica uma camada adicional de segurança no acesso àquele site.
 - (E) Um cookie é um pequeno pedaço de dados enviado a partir de um site web e armazenado em um arquivo que pode guardar informações das atividades do usuário naquele site.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A administração de determinada Prefeitura Municipal resolveu abrir processo licitatório para construção de um colégio. Logo após o estudo do projeto, verificou-se que a obra a ser contratada ficou estimada em R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Neste caso, segundo a Lei n. 8.666/93
- (A) a Administração deverá fazer um convite, pois o limite para esta modalidade é até R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).
 - (B) a Administração deverá fazer uma Tomada de Preços, pois o limite para esta modalidade é até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
 - (C) a Administração poderá fazer uma Concorrência ou uma Tomada de Preços, pois são cabíveis estas modalidades para qualquer valor.
 - (D) a Administração poderá fazer uma Concorrência, pois esta poderá ser utilizada em qualquer caso, independente de valor.
 - (E) a Administração somente poderá fazer através de Tomada de Preços.
22. Segundo a Lei nº. 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Neste sentido, NÃO é vedado aos agentes públicos:
- (A) admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.
 - (B) estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere à moeda, à modalidade e ao local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais.
 - (C) incluir, nos processos licitatórios, o estabelecimento de margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
 - (D) incluir, nos processos licitatórios como requisito de habilitação, que a empresa seja sediada no local da prestação de serviços.
 - (E) Exigir, como condição para habilitação nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão que será feita através de atestados fornecidos somente por pessoa jurídica de direito público.
23. Suponha que determinada empresa pública, no início do ano de 2014, detectou a necessidade de aquisição de serviços de fornecimento de jornais, tendo como objetivo acompanhar as matérias veiculadas sobre a instituição e outros assuntos relacionados à sua área de atuação. Sabe-se que, nesta região, são veiculados três tipos de jornais: A, B e C. Nesse sentido, a administração da empresa providenciou o levantamento de preços e verificou que a despesa com os serviços para o fornecimento diário dos três tipos de jornais para exercício financeiro de 2014 ficou estimada em R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais). Diante dessa situação, segundo a Lei n.º 8.666/93, a empresa
- (A) deverá abrir um processo licitatório na modalidade Convite, pois ultrapassa o limite estabelecido no Artigo 24 da Lei 8.666/93, não podendo assim ser contratado por dispensa de licitação.
 - (B) poderá contratar por dispensa de licitação, pois o limite para dispensa de licitação, neste caso, é de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).
 - (C) poderá abrir um processo de inexigibilidade de licitação, pois neste caso a contratação deve obedecer ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
 - (D) deverá abrir um processo de licitação na modalidade convite, pois somente poderá ser feito através dessa modalidade, haja vista estar dentro do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
 - (E) deverá abrir um processo de dispensa de licitação para a contratação de cada jornal, separadamente, pois, neste caso, se enquadraria no limite estabelecido no Art. 24, incisos II, da Lei 8.666/93.
24. Observe, abaixo, as definições das modalidades de licitação, conforme o Art. 22. da Lei 8.666/93 e relacione a modalidade com o seu respectivo conceito.
- I. concorrência.
 - II. tomada de preços.
 - III. convite.
 - IV. concurso.
 - V. leilão.

- () É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- () É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- () É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- () É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- () É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

A sequência CORRETA com relação às definições é:

- (A) I; II; III; IV e V.
- (B) II; V; III; IV e I.
- (C) V; III; II; I e IV.
- (D) V; IV; III; II e I.
- (E) V; II; I; III e IV.

25. As modalidades de licitação, segundo a Lei 8.666/93, serão determinadas em função dos limites de valores, tendo em vista o valor estimado da contratação. Observe as afirmações abaixo:

- I. Nas compras e serviços, não incluídos serviços de engenharia, a modalidade Tomada de Preços é utilizada nas compras com valores estimadas até o limite de R\$ R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);
- II. Nas compras e serviços, não incluídos serviços de engenharia, a modalidade Convite é utilizada nas compras com valores estimados até o limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- III. A modalidade Concorrência é utilizada para obras e serviços de engenharia, para contratações com valores estimados acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- IV. A modalidade Concorrência é utilizada para compras e serviços, não incluídos os serviços de engenharia, para as contratações com valores estimados em igual ou superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);
- V. A modalidade concorrência é cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis.

Com relação às afirmativas, pode-se dizer que:

- (A) Estão corretas somente as afirmações I; II; III e V.
- (B) Estão corretas somente as afirmações I; III e IV.
- (C) Estão erradas somente as afirmações II e IV.
- (D) Estão erradas somente as afirmações I; II e IV.
- (E) Estão corretas somente as afirmações II e V.

26. A administração de determinada Prefeitura Municipal identificou vários bens móveis que não estavam mais satisfazendo a suas necessidades, uns estavam obsoletos, outros por não ter mais necessidade de uso. Nessas condições, segundo a Lei 8.666/93, a Prefeitura

- (A) poderá desfazer destes bens por simples venda a qualquer interessado devendo previamente ser avaliado pelo uma comissão designada para esse fim.
- (B) poderá desfazer-se dos bens somente mediante licitação através da modalidade Concorrência.
- (C) poderá desfazer-se dos bens somente mediante licitação através da modalidade Leilão.
- (D) poderá desfazer-se dos bens através de permuta com outros órgãos públicos ou associações.
- (E) poderá desfazer-se dos bens através de licitação modalidade Leilão, devendo os bens serem avaliados previamente por uma comissão designada para esse fim.

27. Segundo a Lei. 8.666/93, são cláusulas necessárias a todo contrato as que estabeleçam, EXCETO:
- (A) acordo entre as partes, no caso da inexecução parcial do contrato pela contratada, desde que devidamente justificado.
 - (B) os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.
 - (C) o regime de execução ou a forma de fornecimento.
 - (D) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - (E) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
28. Com relação aos contratos administrativos para a contratação de obras e serviços e fornecimento de bens, NÃO é lícito à administração pública exigir como cláusulas contratuais:
- (A) garantias para assegurar sua plena execução no valor de até 10% (dez por cento) do valor do contrato, dependendo do seu vulto e complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis envolvidos.
 - (B) que a contratada seja obrigada a aceitar os aumentos e supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.
 - (C) que os pagamentos sejam feitos de forma parcelada de acordo com sua execução.
 - (D) nos casos de serviços continuados, que os mesmos possam ser prorrogados até, no máximo, 72 (setenta e dois) meses.
 - (E) cláusulas de rescisão unilateral pela administração.
29. Com relação à habilitação nas licitações, segundo a Lei 8.666/93, a administração deve exigir dos interessados, exclusivamente documentos relativos à:
- (A) habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularização fiscal e trabalhista; declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
 - (B) habilitação jurídica; qualificação técnica; regularização fiscal; declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; declaração de que não emprega idoso em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
 - (C) habilitação jurídica; habilitação comercial; declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; regularização sindical.
 - (D) habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularização fiscal e trabalhista; declaração de que não emprega idoso em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
 - (E) habilitação comercial; habilitação fiscal; qualificação técnica; declaração de que não emprega menores de dezesseis anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos.
30. Segundo a Lei 8.666/93, o procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa. Com relação ao procedimento e julgamento da licitação, podemos afirmar que:
- (A) As minutas de editais e seus anexos necessariamente deverão ser aprovados pela Comissão Permanente de Licitação e posteriormente encaminhado ao ordenador de despesas para ratificação.
 - (B) As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.
 - (C) As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Auditoria interna do órgão.
 - (D) As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas pela contabilidade e posteriormente pelo setor jurídico.
 - (E) Após a conclusão do procedimento de julgamento, em que foi habilitada e selecionada a proposta mais vantajosa para a administração, o processo contendo todas as informações deverá seguir para aprovação assessoria jurídica.

31. Com relação aos contratos administrativos, segundo a Lei 8.666/93, pode-se afirmar:
- (A) O contrato poderá ser formal ou informal dependendo do valor.
 - (B) O “termo de contrato” é dispensável e facultada a substituição, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
 - (C) O instrumento do contrato é obrigatório, não podendo ser substituído em hipótese alguma, quando o valor ultrapassa a R\$ 80.000,00.
 - (D) A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o décimo quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor.
 - (E) Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: fiança bancária, cheque nominal, seguro-garantia e caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
32. Com relação aos crimes e penalidades segundo a Lei 8.666/93, dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade:
- (A) Pena - detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.
 - (B) Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
 - (C) Pena - detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.
 - (D) Pena - detenção, de 5 (cinco) a 8 (oito) anos, e multa.
 - (E) Pena - detenção, de 1 (um) a e (três) anos, e multa.
33. Suponha que determinado órgão público deflagrou processo licitatório, por meio da modalidade Tomada de Preços, para a contratação de serviços terceirizados de contínuos, carregadores e almoxarifes. No decorrer do processo, na fase de habilitação, participaram 5 (cinco) empresas sendo apenas uma inabilitada pela Comissão de Licitação por não ter atendido a um requisito estabelecido no Edital. Ao lavrar a Ata, o Presidente fez constar na mesma o prazo para interposição de recurso.
- Com relação ao recurso administrativo segundo a Lei 8.666/93, o prazo para interposição de recurso será de
- (A) 3 (três) dias corridos.
 - (B) 3 (três) dias úteis.
 - (C) 2 (dois) dias úteis
 - (D) 5 (cinco) dias corridos.
 - (E) 5 (cinco) dias úteis.
34. Com relação aos recursos administrativos segundo a Lei 8.666/93, pode-se afirmar que:
- (A) Nas licitações de modalidade “carta convite”, o prazo para interposição de recurso referente à habilitação é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
 - (B) Nas licitações de modalidade Tomada de Preços, o prazo para interposição de recursos referente à fase de julgamento das propostas é de 8 (oito) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
 - (C) Os recursos sobre a fase de habilitação não terão efeitos suspensivos.
 - (D) Nas licitações de modalidade “carta convite”, o prazo para interposição de recurso referente à habilitação é de 2 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.
 - (E) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para qualquer modalidade.
35. Segundo a Lei 8.666/93, constituem tipos de licitação:
- (A) a de menor preço; a de melhor técnica; a melhor proposta e a de melhor projeto.
 - (B) a de menor preço; a de melhor técnica; a de técnica e preço e a de maior lance ou oferta.
 - (C) a de maior preço; a de melhor técnica; a de maior lance ou oferta e a melhor proposta.
 - (D) a de melhor técnica; a de maior lance ou oferta; a de melhor projeto e de maior desconto.
 - (E) A de maior desconto; a de melhor técnica; a de maior lance ou oferta e a de a melhor proposta.

36. Segundo a Lei 8.666/93, os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências e das tomadas de preços, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez. O prazo mínimo até o recebimento das propostas será de:
- (A) 45 (quarenta e cinco) dias para concorrência - quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”; 30 (trinta) dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
 - (B) 30 (trinta) dias para concorrência - quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”; 15 (quinze) dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
 - (C) 20 (vinte) dias para concorrência – para aquisição de bens e serviços comuns; 15 (quinze) dias para tomada de preços – para aquisição de bens e serviços comuns e 8 (oito) dias para convite.
 - (D) 45 (quarenta e cinco) dias para concorrência – para aquisição de bens e serviços comuns; 20 (vinte) dias para tomada de preços – para aquisição de bens e serviços.
 - (E) 35 (trinta) dias para concorrência – para aquisição de bens e serviços comuns; 25 (vinte e cinco) dias para tomada de preços – para aquisição de bens e serviços.
37. O Chefe do almoxarifado de um determinado órgão público, considerando seu planejamento anual para manter o almoxarifado com material de expediente com nível satisfatório, resolveu fazer uma solicitação de aquisição através de um documento em que constou o objeto, a justificativa, as especificações dos materiais, a quantidade, os prazos de entrega, as condições de fornecimento, as obrigações da empresa contratada, obrigações da contratante etc. Segundo o Decreto Federal n.º 3.555/00, o Chefe do Almoxarifado elaborou o(a):
- (A) Edital, contendo todas as informações necessárias para a aquisição dos materiais.
 - (B) Minuta de contrato, prevendo todas as cláusulas necessárias ao cumprimento do objeto.
 - (C) Termo de Referência.
 - (D) Projeto Básico.
 - (E) Ata de Sistema de Registro de Preços.
38. Com relação ao Pregão segundo a Lei 10.520/02, analise as afirmativas abaixo:
- I. O pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, cujo valor não ultrapasse R\$ 650.000,00;
 - II. No pregão, primeiramente é feita a análise de propostas e lances e, posteriormente, a habilitação do licitante com a proposta de menor preço;
 - III. O Pregão é conduzido pelo Presidente da Comissão de Licitação que, coincidentemente, será o Pregoeiro e os membros serão a equipe de apoio;
 - IV. O Pregão é conduzido pelo Leiloeiro Oficial e que terá como equipe de apoio os membros da Comissão de Licitação;
 - V. Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei n. 8.666/93;
 - VI. O Pregão é conduzido pelo pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Estão CORRETAS somente as afirmativas:

- (A) I; II; III; IV e V.
 - (B) I; III e V.
 - (C) II; V e VI.
 - (D) II; III e IV.
 - (E) III e IV.
39. Com relação ao Pregão de acordo com Decreto Federal n.º 3.555/2000, assinale a opção que NÃO é verdadeira:
- (A) A licitação na modalidade pregão é destinada à aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, qualquer que seja o valor estimado.
 - (B) Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.
 - (C) O edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas.
 - (D) Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro um envelope contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação.

- (E) A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração.
40. Com relação ao Pregão, segundo ao Decreto Federal n.º 3.555/00, são atribuições da autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade:
- (A) homologar o resultado do pregão; determinar a abertura da licitação e adjudicar o objeto licitado.
 - (B) decidir recurso contra atos do pregoeiro; analisar e decidir sobre impugnações e promover a celebração dos contratos.
 - (C) homologar o resultado do pregão; determinar a abertura da licitação e promover a celebração dos contratos.
 - (D) determinar a abertura da licitação; analisar e decidir sobre impugnações e adjudicar o objeto licitado.
 - (E) adjudicar o objeto licitado; analisar e decidir sobre impugnações e determinar a abertura da licitação.
41. Com relação às compras ou licitações sustentáveis, pode-se afirmar que:
- (A) Compras ou licitações sustentáveis são aquelas em que se exigem nos editais de licitações alguns critérios ambientais nas especificações para a aquisição de produtos, para a contratação de serviços, para a execução de obras, de forma a minimizar os impactos ambientais negativos gerados por essas ações.
 - (B) Compras sustentáveis são entendidas como aquelas em que se inserem, nos editais, alguns critérios de contratação para garantir que, caso a empresa vencedora não venha a cumprir o contrato, a administração possa convocar a segunda colocada para dar sustentação ao contrato anterior.
 - (C) Compras sustentáveis ou licitações sustentáveis, também chamadas de licitações verdes, são licitações para aquisição de produtos ou serviços a serem utilizados em projeto de reflorestamento.
 - (D) Licitações sustentáveis são compras ou contratação de serviços, realizadas pela administração pública, para amenizar os impactos ambientais, através de construção barragens, diques, represas e transposição de rios, evitando assim desperdícios de recursos naturais.
 - (E) Licitações sustentáveis são as compras realizadas pela administração pública para aquisição de produtos reciclados ou remanufaturados.
42. Considerando o disposto no Decreto Federal n.º 7892/13 e alterações posteriores, sobre Sistema de Registro Preços, analise as assertivas abaixo:
- I. Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;
 - II. Órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa na condição de carona do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;
 - III. A Ata de Registro de Preços - documento vinculativo de registro da sessão pública onde nela devem ser registradas todas as informações da sessão;
 - IV. Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e à aquisição de bens para contratações futuras;
 - V. Órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente, devendo ser responsável por todos os empenhos emitidos em relação àquela ata.

É CORRETO apenas o que se afirma em:

- (A) I e III.
 - (B) I e V.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) I e IV.
 - (E) II; IV e V.
43. Com relação à Ata de Registro de Preços, conforme Decreto Federal n.º 7892/13 e alterações posteriores, analise as afirmações abaixo:
- I. O prazo de validade da ata de registro de preços poderá ser 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por mais 6 (seis) meses;
 - II. Os quantitativos registrados em ata poderão ser acrescentados em até 25% (vinte e cinco por cento);
 - III. As vigências dos contratos decorrente da Ata de Registro de Preços terão validade de, no máximo, 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogado;

- IV. Ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório mediante adesão, devendo consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
- V. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade sêxtuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Pode-se afirmar que:

- (A) I e IV estão corretas e II; III e V estão incorretas.
(B) I está correta e II; III; IV e V estão incorretas.
(C) II; III e IV estão corretas e I e V estão incorretas.
(D) IV e V estão corretas e I; II e III estão incorretas.
(E) I; II; III; IV e V estão corretas.

44. Observe as afirmativas abaixo com relação ao Pregão Eletrônico. Assinale a opção que esteja em desacordo com o Decreto Federal n.º 5.450/2005.

- (A) O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.
(B) A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, não é obrigatória a formalização da proposta em papel e nem o envio da documentação para habilitação, sendo obrigatória apenas no momento da contratação.
(C) As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
(D) A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.
(E) A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

45. Segundo o Decreto Federal n.º 5.450/05, NÃO é função do Pregoeiro:

- (A) coordenar o processo licitatório.
(B) verificar e julgar as condições de habilitação.
(C) adjudicar o objeto, quando não houver recurso.
(D) dirigir a etapa de lances.
(E) elaborar Termo de Referência.

46. Segundo o Decreto Federal n.º 5.450/05, a fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

- I. Até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), no Diário Oficial da União, meio eletrônico, na internet;
II. Acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos) no Diário Oficial da União, meio eletrônico, na internet e jornal de grande circulação local;
III. Superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) no Diário Oficial da União, meio eletrônico, na internet e jornal de grande circulação regional ou nacional;
IV. Abaixo de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), apenas meio eletrônico e na internet;
V. Na divulgação de pregão realizado para o sistema de registro de preços, independentemente do valor estimado, será no Diário Oficial da União, meio eletrônico, na internet e jornal de grande circulação regional ou nacional.

Estão CORRETAS somente as afirmativas constantes na opção:

- (A) I; III; V. (D) I; IV; V.
(B) I; II; III; IV; V. (E) II; III; IV.
(C) II; III; IV; V.

47. Considerando a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, observe as opções abaixo:
- I. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Caso as mesmas apresentem alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
 - II. Nas licitações, independente da modalidade, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte que estejam localizadas na mesma região geográfica;
 - III. Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, sendo consideradas empatadas aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
 - IV. Nas licitações na modalidade Pregão, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, sendo consideradas empatadas aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Estão CORRETAS somente as afirmativas constantes na opção:

- (A) I; II; III; IV.
 - (B) III; IV.
 - (C) I; IV.
 - (D) II; III; IV.
 - (E) I; II.
48. Com relação à Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, NÃO se pode afirmar que:
- (A) Essa Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (B) Considera-se microempresa a que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
 - (C) Considera-se empresa de pequeno porte a que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
 - (D) O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.
 - (E) Nas contratações públicas municipais, deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresa e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
49. Com relação ao Decreto Federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 e alterações posteriores, analise as afirmações abaixo:
- I. É vedada a exigência de garantia de propostas para que os licitantes participem da disputa, pois só será exigida a garantia no momento da habilitação;
 - II. É vedada a exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;
 - III. É vedada a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.
 - IV. Quando o valor estimado para a contratação, via Pregão, for abaixo de R\$ 80.000,00 não é necessário o parecer jurídico.
 - V. O prazo de validade das propostas será de, no máximo, sessenta dias.

Marque a opção CORRETA.

- (A) I; II; III; IV e V são verdadeiras.
- (B) I; II, III; IV e V são falsas.
- (C) II e III são verdadeiras e I; IV e V são falsas.
- (D) I; II e III são verdadeiras e IV e V são falsas.
- (E) II; III e V são verdadeiras e I e IV são falsas.

50. Com relação à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, todas as opções estão corretas, EXCETO:

- (A) As disposições dessa Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (B) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, à geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
- (C) À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estão compreendidos: o Poder Executivo, o Poder Legislativo (neste abrangidos os Tribunais de Contas), o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- (D) Nas referências a Tribunais de Contas, estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos.
- (E) A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa serão acompanhados, dentre outras, de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e ao subsequente.